

# O UNO E O MÚLTIPLO: A UTILIZAÇÃO DOS ASPECTOS GEOGRÁFICOS E NATURAIS E A ESCRITA DA HISTÓRIA BRASILEIRA\*

*THE ONLY AND THE MULTIPLE: THE USE OF NATURAL AND GEOGRAPHIC  
FEATURES AND THE WRITING OF BRAZILIAN HISTORY*

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos\*\*

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo perscrutar uma das principais orientações mobilizadas para a organização e escrita da História do Brasil, centrada, desde o momento do “achamento”, perpassando o século XIX e o XX, até os dias hodiernos, na constante exacerbação da homogeneidade espacial, natural e humana como aspectos positivos e determinantes do Brasil. Essa forma de ver e explicar o que hoje designamos de Brasil apropriou-se do entendimento dos colonizadores que privilegiaram em suas explicações a homogeneidade em detrimento da multiplicidade. Mesmo após os acontecimentos políticos como a Independência do país em 1822 ou a proclamação da República essa lógica de entendimento foi mantida e a jovem Nação brasileira continuou ser exaltada como um país uno onde uma pequena amostra da parte, usualmente o centro (político, administrativo e financeiro), basta para explicar o todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aspectos Geográficos Naturais; Escrita da História do Brasil; Representação do Território Brasileiro.

**ABSTRACT:** This article aims to scrutinize one of the main guidelines for the organization mobilized and writing the history of Brazil centered from the moment of "discovery" spanning the nineteenth and twentieth century's until today's day in the constant exacerbation of homogeneity natural and human as positive aspects and determinants of Brazil. This way of seeing and explaining what we now call Brazil appropriated for the understanding of the colonists who favored the homogeneity in their explanations rather than the multiplicity. Even after the political events of country's independence in 1822 and the proclamation of the Republic of understanding this logic was maintained and the young Brazilian nation continued to be elevated as a country where one part of a small sample, usually the center (political, administrative and financial), just to explain the whole

**KEYWORDS:** Natural Geographical Features, Writing the Brazilian History, Brazilian Territory Representation

---

\* O presente artigo é uma versão alterada da apresentação oral realizada em 2008 no 2ª. Seminário Nacional de História e Historiografia promovido pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Agradeço a leitura e as sugestões de Ana Lorym Soares no ano de 2008. Os erros e omissões são exclusivamente de responsabilidade do autor.

\*\* Professor de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Acadêmica de Quirinópolis Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/RJ. e-mail: eduardo.vasconcelos@ueg.br

Para as ciências humanas, uma das mais instigantes questões e ao mesmo tempo, um dos maiores problemas é pensarmos as várias instâncias constituintes do que denominamos, insuficientemente, de mundo real ou realidade. Dentre as múltiplas possibilidades de abordar ou tentar aproximar-se da realidade os estudos sobre a constituição das Nações, destacam-se como ponto nevrálgico e inquestionável de toda e qualquer organização social do Ocidente, isto é, a forma dita e considerada mais elevada de uma organização social humana, instituinte e instituidora de identidades nacionais fortes e seguras (HOBSBAWM, 1990). Ao adentrarmos no movediço terreno das identidades, que desde a segunda metade do século XX vem sendo amplamente discutidas e problematizado, destaca-se de imediato as tensões geradas pela cristalizada concepção de Identidade Nacional fixa e imutável.

No Brasil, segundo o historiador José Carlos Reis, ao abordamos a temática da Identidade Nacional nos debruçamos sobre uma inquietante e multifacetada questão, tida como “um dos temas mais complexos da filosofia, da psicanálise, da teoria literária e das ciências sociais, em particular, da história” (REIS, 2000). Contudo, ao observarmos esse fenômeno sob o prisma brasileiro, um eventual e temporário esboço de resposta a essa delicada e complexa questão, dependerá, ainda segundo José Carlos Reis, da avaliação do que fomos e do que fizemos no passado e do que faremos e queremos no futuro<sup>1</sup> (REIS, 2000).

Na reflexão intelectual brasileira a afirmação de uma suposta identidade histórica e social com contornos homogêneos teve a sua institucionalização na sistematização dos desdobramentos da proposta de escrita da história brasileira, nos moldes de uma história nacional europeia (GUIMARÃES, 1988), executada ao longo do século XIX no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, pelo pesquisador, historiador e sistematizador da primeira Grande História Geral do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen que publicou a sua seminal obra versando sobre a História do Brasil em 1854, onde foi explicitamente expressa à correlação entre a Colônia Portuguesa na América e a posterior nação independente (LARA, 2005).

---

<sup>1</sup> Convém apenas lembrar que quanto aos dois pontos mencionados (passado e futuro) nos restringiremos ao primeiro, passado, deixando o segundo, futuro, para aqueles que possuem maior competência e habilidade na nobre ciência da “Futurologia”.

Essa forma de entendimento adequou-se tão bem à difícil tarefa de explicar o Brasil que mesmo com o fim da monarquia e a ascensão do sistema republicano essa organização sistêmica persistiu e, ainda ganhou novos contornos, isto é, intelectuais ávidos em explicar a realidade passaram a opor o mundo arcaico, entendido como o passado colonial escravocrata, ao mundo moderno e civilizado do trabalho livre feito por imigrantes europeus que se estabelecia no Brasil, na última década do século XIX e início do século XX(LARA, 2005). Ficou determinada, a partir deste entendimento a relação seqüencial entre o atrasado (Colônia) e o moderno (República), conhecido como o “caminho colonial” que tendia a “pensar a colônia” como uma homogeneidade geográfica e temporal” (LARA, 2005)<sup>2</sup>.

Mesmo os pensadores mais preparados e habilidosos com as lides e o fazer histórico absorveram acriticamente esse pressuposto de formas seletivas e variadas em seus diferentes estudos referentes à História do Brasil. Assim, “o circuito intelectual existente entre as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior [foi] a consolidação definitiva desse paradigma dos marcos cronológicos e concepções a eles correspondentes” (LARA, 2005) e que, ainda hoje, persistem em muitos dos melhores trabalhos referentes à História do Brasil.

Ciente das limitações explicativas apresentadas acima e não satisfeito com essa forma habitual de pensar e apreender a realidade histórica brasileira, o Doutor em geografia e pesquisador Demétrio Magnoli despendeu um grande esforço de estudos, pesquisas e compreensão sobre como a ex-colônia de Portugal na América do Sul foi observada e explicada desde as primeiras ações da Coroa Portuguesa em seus novos domínios. Dessa forma, ele tomou como ponto central a problematização de uma certa tendência da historiografia que primou e ainda prima por observar a grandiosidade da unidade territorial do Brasil, e de forma imediata, tende a projetar esse entendimento para os períodos passados. Após copiosa pesquisa Magnoli chegou à conclusão de que, uma das principais peças para o entendimento deste grande quebra-cabeça foi

---

<sup>2</sup> Entre o período Colonial e a implantação do regime Republicano houve um interregno que durou de 1822 até 1889, isto é, 67 anos denominado usualmente pela historiografia brasileira como Imperial. Tanto nos autores citados (Freyre, Buarque de Holanda e Prado Jr.) quanto na explicação da professora da Unicamp não constam referências sobre os 67 anos do Brasil Império. Essa ausência, ou melhor, essa exclusão adrede só se explica pela “esquemática” dos argumentos históricos para legitimar a argumentação tanto dos autores seminais da década de 1930 quanto da autora. Todavia, essa constatação não deixa de ser, também, uma característica implícita nos trabalhos históricos realizados no Brasil. Como foi ressaltado, no texto em questão a autora não faz referência a esse período. Entende-se, desta forma que, para a autora, o período Imperial é uma fase de transição que não apresenta características próprias e bem definidas. .

inicialmente apresentado nos estudos e nos trabalhos do historiador português das relações internacionais brasileiras, Jaime Zuzarte Cortesão, século XIX, que “sustenta a tese de que o estado lusitano operou pela instrumentalização de um mito geográfico: a Ilha-Brasil” (MAGNOLI, 1997).

Segundo o Doutor em geografia, Jaime Cortesão foi um dos primeiros a se aperceber de que o entendimento espaço-territorial brasileiro advinha de uma forma de entendimento que interpretou o Brasil como o espaço compreendido entre o abraço do rio Amazonas e do rio da Prata. Ainda segundo Magnoli, supõe-se que os primeiros portugueses ao se aventurarem pelas novas terras e, posteriormente, os exploradores portugueses e os bandeirantes tenham absorvido e traduzido esse e outros mitos devido ao intenso contado com os nativos.

Segundo essa interpretação, a cartografia portuguesa sobre o Brasil refletiu e difundiu a lenda de uma entidade territorial segregada, envolvida pelas águas de dois grandes rios, cujas fontes situavam-se em um lago unificador. Dezenas de cartas quincentistas e seiscentistas delineiam os contornos da Ilha, de proporções continentais, emoldurada pelo curso do Amazonas e do Prata, que se encontram depois de descrever arcos convergentes . A lenda precede as primeiras tentativas de exploração do interior. (MAGNOLI, 1997; p .45 - 46)

De forma clara e direta a força motriz dessa interpretação baseia-se “na postulação de uma vasta unidade ecológica dos domínios de florestas pluviais associada à configuração de um espaço cultural indígena, fluido e poroso, que corresponderia, *grosso modo*, à área recoberta da Ilha-Brasil” (MAGNOLI, 1997; p. 46).

Quanto ao lago unificador responsável pelo nascedouro dos rios Amazonas e Prata, mencionado na citação acima, foi considerado como o lugar de origem e recebeu diversos nomes: Dourado, Eupana, Laguna Encantada del Paytiti, Paraupaba. No entanto, as mudanças e as eventuais alternâncias não se restringiram apenas ao nome mítico do local, a localização do referido lago sofreu também várias modificações, sempre para o oeste à medida que os bandeirantes iam adentrando e conhecendo as novas terras do Rei de Portugal na América portuguesa (MAGNOLI, 1997).

Muito além de ter sido somente uma simples quimera, fruto de uma representação idílica e do desconhecimento europeu da realidade própria dos trópicos no Brasil, a concepção mítica sustentada pela explicação da Ilha-Brasil atendeu aos

grandiosos e importantes interesses da Coroa Portuguesa ao possibilitar fazer frente à sempre periclitante e, então, real possibilidade de divisão das novas terras sul americanas com a Coroa Espanhola em decorrência da assinatura do Tratado de Tordesilhas. A reapropriação do mito dos nativos com o intuito pragmático de perpetuação dos interesses da coroa portuguesa, difundiu e assegurou o controle incondicional de uma grande parcela das terras sul americanas ao não efetivar o divisão dessas terras com a coroa espanhola os detentores do trono português conseguiram manter suas terras incólumes por mais de 300 anos (MAGNOLI, 1997).

O que inicialmente era uma simples explicação centrada nas primeiras percepções da realidade brasileira, pela força do costume, transmuda-se e passa a desempenhar uma verdade incontestável. Assim,

A Ilha-Brasil teria operado na construção de uma razão geográfica de Estado” e na definição de uma “imperativo político” para os três primeiros séculos da formação territorial do Brasil. O meridiano de Tordesilhas, do ponto de vista histórico, representa uma partilha prévia do empreendimento colonial. Do ponto de vista de sua lógica geográfica, representa uma abstração matemática e astronômica, assentada na ignorância do território do novo mundo. A “razão geográfica de Estado” elaborada a partir do mito da Ilha-Brasil era portadora, comparativamente, de uma legitimidade superior. A unicidade do território colonial lusitano, fruto de sua segregação insular, emanava da própria natureza. Uma faixa líquida contínua, formada pelo arco lendário flúviolacustre, emoldurava uma entidade territorial íntegra. As “fronteiras naturais” da terra descoberta contrariavam, na sua realidade e concretude, as linhas demarcatórias artificiais de Tordesilhas. As fronteiras desenhadas pelos homens deveriam se identificar ao abraço divino dos grandes rios (MAGNOLI, 1997; p.47).

Essa citação exemplifica a matriz interpretativa centrada na unidade geográfica e natural que obliterou, dessa forma, qualquer rastro de ação humana na construção da formação territorial brasileira. Dito de outra maneira, em favor da defesa da unidade política-administrativa do Brasil, a coroa portuguesa exaltou – ao zênite – os aspectos físicos-naturais em detrimento do caráter histórico dessa construção atualmente identificada como Brasil. Partindo dessa realidade interpretativa, a realidade brasileira não passava de uma dádiva divina, um presente de Deus aos homens – inicialmente, a manutenção deste presente recaiu sobre os portugueses mas, depois de 1822, passou a ser orquestrada pelos filhos da terra – cabendo aos últimos apenas bem cuidar desta maravilhosa dádiva coesa e inseparável chamada Brasil.

Magnoli, de forma incisiva, nos apresenta várias incongruências constituintes das explicações usuais oferecidas por historiadores, geógrafos e demais cientistas sociais ao observarem o passado tendo o privilégio de conhecer o que ocorreu depois. Deslize esse, infelizmente, mais comum do que imaginamos e ainda presente na obra de muitos intelectuais hodiernos.

Não só aos geógrafos perceberam as incongruências presentes nas habituais construções explicativas referente ao passado brasileiro. O historiador István Jancsón ao abordar o processo de construção histórica dos impérios nacionais envolvendo as colônias americanas do último quartel do século XVIII e do século XIX, ao contrário dos trabalhos que primaram e ainda primam por acentuar as diferenças entre as ações implementadas na colônia portuguesa e na colônia espanhola da América do Sul, chama a atenção para a situação de similitude desfrutada pelas colônias espanholas e portuguesas no que se refere à reorganização espacial de poder operada, cada uma de maneira específica, pelas duas coroas ibéricas, mas, ambas, compartilhavam as decisões administrativas advindas do ápice da hierarquia colonial que eram impostas segundo às vontades e interesses externos às áreas coloniais, demonstrando, dessa forma, que a tão exaltada diferença entre a administração espanhola e portuguesa em terras sul americanas guardavam um importante ponto de semelhança.

Ainda sobre as colônias espanholas e portuguesa na América do Sul, antes do advento do século XIX nada mais eram do que a percepção pragmática do poder político, econômico e social europeu, português e espanhol, sobre as suas colônias americanas (JANCSÓN, 2002). Como em um jogo de escalas, o que de longe era visto como uma união, ao ser observado de perto não passavam de um conjunto desarticulado de áreas autônomas, onde cada área tendia à auto-suficiência.

Novamente, a suposta homogeneidade espaço-social foi acionada por historiadores para explicar e legitimar a empresa colonialista além de apresentar um nexos ou uma união direta entre o velho mundo e as novas nações que foram construídas com o advento do século XIX.

De acordo com o professor e pesquisador José Carlos Chiaramonte, um dos elementos centrais não debatidos e, por muitos tidos como inquestionável, é o entendimento de Nação que ao longo do processo histórico Ocidental assumiu formas e contornos diferenciados. Assim, a tradicional correlação entre povo e Estado que surgiu e consolidou-se após o advento da chamada Revolução Francesa, cristalizou-se nas

interpretações e nas leituras de muitos pesquisadores que passaram a aplicar, desenvolver, e procurar esses referenciais europeus nas colônias americanas e passaram a idealizar de forma acrítica a Revolução Francesa como o verdadeiro e único modelo, desprezando, outras formas de organização antes e depois dos acontecimentos de 14 de julho de 1789 (CHIARAMONTE, 2001).

Assemelhando-se, em parte, a uma grande pandemia, as Nações gestadas no Ocidente se alastraram por toda a superfície do globo terrestre e foi, nesse exato momento, que vários saberes e conhecimentos foram e ainda são deslocados com o intuito de legitimar essa nova forma de organização chamada genericamente de Nação. Dessa forma,

História e geografia, especializações acadêmicas e disciplinas escolares consolidadas com o Estado-Nação, participaram como protagonistas do empreendimento criador. A primeira dedicou-se à produção da “biografia nacional”, inscrevendo a pátria no tempo. A segunda, à cartografia nacional, entalhando-a no espaço. Elas moldaram narrativas poderosas, conferindo identidade, singularidade e drama à comunidade que se imaginava (MAGNOLI, 1997; p.08).

A força e o poder obtidos pela legitimação desencadeada pela História e pela Geografia, na prática, foi um dos suportes necessários para fixar uma determinada concepção de Nação no imaginário de homens e mulheres de ontem e de hoje. As produções e as pesquisas históricas referentes à realidade brasileira no passado passaram a ser ordenadas e dirigidas não por suas características próprias e específicas, mas sob a orientação continua do desenrolar do conhecimento político-geográfico gradualmente utilizado de acordo com as opções teóricas ou problemas de momento que sempre renovam as criações e legitimações de uma determinada concepção de Nação.

Como já foi mencionada antes, ao adentrarmos na ampla e complexa seara da Nação, devemos prestar muita atenção neste tipo de empreendimento, nesta tão complicada “operação histórica” de contornos teleológicos com o fim único de “buscar no passado o presente da nação. Destarte, a história tende a se construir como uma biografia da nação” (SILVA, 1997; p. 13-14). De modo que:

Na tarefa de construir essa biografia procura-se juntar elementos, eventos, sinais que sirvam de “testemunho” e justifiquem a nacionalidade nascente. A constituição dessa biografia é uma tarefa de gerações, de tal forma que ao passar do tempo, á força da constante repetição desde as primeiras letras até os bancos da

universidade, com graus variados de acuidade e sofisticação, forjam-se determinados estereótipos, determinados temas que passam a ter um peso suficiente marcante para dar consistência a um corpo que há pouco não existia (SILVA, 1997; p. 13-14).

A construção e a sedimentação dos elementos descritos acima foi desenvolvida ao longo do tempo, levou décadas e foi necessário algumas gerações. Contudo, a visão crítica e a não aceitação de uma história determinada por aspectos e pelos interesses do Velho Mundo são legítimos e se fortalecem a cada dia na produção historiográfica encetada pelos pesquisadores brasileiros não satisfeitos com essa explicação usual.

Todavia, como em um movimento duplo, ao mesmo tempo em que um conjunto de pesquisadores das mais variadas áreas das ciências sociais estão dispostos a evidenciar as impropriedades ou as incongruências de se pensar a “história como biografia da nação”. Essa mesma lógica e esses mesmos entendimentos, levando em consideração suas especificidades, são reproduzido e aplicado às avessas nos estudos sobre o processo histórico brasileiro. Em outras palavras, ao se postarem contra as explicações que defendem a unidade política-social e a dependência subserviente da colônia portuguesa da América do Sul, rompe-se com uma matriz explicativa que despreza a realidade e as condições existentes na colônia e passa-se a projetar ou a idealizar a força e a influência de determinadas áreas brasileiras sobre as demais, isto é, a realidade desfrutada pelo Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII, perpassando seu peso e influência até o início do século XX, soerguido como o verdadeiro e único referencial de entendimento do Brasil, restando as demais partes apenas a função de complementos ou coadjuvantes menores na história do Brasil<sup>3</sup>.

Desse modo, para as denominadas demais áreas do país, que não se adéquam ao tipo ideal postulado e construído pela realidade desfrutada pelo Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX) e / ou por São Paulo (século XX) reserva-se um lugar específico, um entendimento pueril que ao se arvorar em uma determinada explicação, aprisiona e cerceia outros entendimentos sob o título genérico: Histórias Regionais.

Desse modo, o que aprendemos a chamar na escola indistintamente de Brasil, desde o momento do Descobrimento, foi ao longo do tempo uma grande extensão de terra (posteriormente em virtude de divisões políticas: capitanias, províncias e hoje

---

<sup>3</sup> A exceção a suposta hegemonia político-administrativa do Rio de Janeiro no Brasil, foi o grande e rápido crescimento econômico ocorrido em São Paulo. Iniciado na segunda metade do século XIX e efetivada ao longo do século XX, tronando-se a grande locomotiva do Brasil



estados da federação) que possuíam pouca ou nenhuma comunicação direta e contínua, a depender da localização, e momento em questão, orientadas pela lógica da produção de exportação (SILVEIRA, 2002). Dentro dessa lógica, cada área, inicialmente denominadas de Capitanias e posteriormente denominadas de Províncias, tinham até 1822 e mesmo depois dessa data, uma grande margem de liberdade para encetar as atividades, atualmente designadas de políticas, econômicas e sociais, que mais lhes interessassem, uma vez que as tomadas de decisões tidas como mais importantes, aos olhos e interesses dos colonizadores advinham de fora, da Europa.

Contribuiu para essa situação a ausência de um centro administrativo, econômico e político no Brasil até 1822 e ao longo do século XIX a dificuldade foi instituir uma administração que atendesse por igual todas as áreas que estavam subordinadas, pois somente após a segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro e atual região Sudeste do Brasil se institucionalizaram definitivamente como sinônimo de centro frente às demais áreas administrativas, amparados pelo desenvolvimento econômico oriundo da lavoura de café e pela fixação da arena de decisões políticas de abrangência e impacto em toda a área concernente à jovem Nação.

Posicionar-se de forma crítica diante de afirmações generalistas que hierarquizam a importância e a validade de práticas e experiências passadas é, seguramente, a condição necessária para estudos e pesquisas que intentam outras leituras e outras explicações para assuntos herméticos contidos em verdades inquestionáveis.

## BIBLIOGRAFIA

- CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org). **Brasil: Formação do estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. (Estudos Históricos, 50).
- GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. **Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988
- HOBSBAWM, Eric John. **Nações e Nacionalismo desde 1780** – Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- JANCSÓ, István. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). **História Econômica da Independência e do Império**. – 2. ed. revista. – São Paulo: Hucitec/ Associação brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial. 2002.

- LARA, Silvia Hunold. Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no império português – séculos XIV a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.
- MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da pátria**: imaginação geográfica e política no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna, 1997.
- SILVA, Forastieri da. **Colônia e nativismo**: a história como biografia da nação. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Nordeste e contradições. In: Dantas, Elisalva Madruga & BRITTO, Jomard Muniz de. **Interpretações do Brasil**: encontros e desencontros. João Pessoa- PB: Editora da UFPB, 2002.
- REIS, José Carlos. Brasilidades mil. In: ARREGUY, Clara (org). **Pensar Brasil**. Belo Horizonte: Editora C/Arte; Estado de Minas, 2000.